



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa
e Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 26/2017

Período: 29/07/2017 – 04/08/2017

GEDES – UNESP

- 1- Forças Armadas em operação no Rio de Janeiro I
- 2- Forças Armadas em operação no Rio de Janeiro II
- 3- Em entrevista à Folha, Comandante do Exército reafirmou compromisso com a constituição
- 4- Coletes de segurança inspecionados pelo Exército tiveram qualidade questionada
- 5- Marinha deverá instaurar inquérito sobre naufrágio
- 6- Ministério da Defesa teve verba ampliada
- 7- Relatório relacionou participação da filial da Volkswagen no auxílio à repressão durante o regime militar (1964-1985)
- 8- Comandante do Exército reivindicou gastos da Força
- 9- Idade precoce de aposentadoria dos militares deve aumentar gastos com Previdência

1- Forças Armadas em operação no Rio de Janeiro I

De acordo os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o presidente da República, Michel Temer, autorizou por meio de decreto o envio de 8,5 mil militares das Forças Armadas para o estado do Rio de Janeiro, onde permanecerão até dia 31/12/2017. Segundo o presidente, a ação está amparada pela Constituição Federal, tendo como objetivo “defender a integridade da população, preservar a ordem pública e garantir o funcionamento das instituições”. O decreto foi publicado no dia 28/07/2017 no Diário Oficial da União (DOU), prevendo a utilização dos militares para ação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) em operações de inteligência que, posteriormente, serão realizadas para ações específicas. Segundo o decreto, o “emprego das Forças Armadas será precedido de aprovação do planejamento de cada operação pelos ministros de Estado da Justiça e Segurança Pública, da Defesa e do chefe do Gabinete de Segurança Institucional”. Dois dias após o início da atuação das tropas na região metropolitana do estado, Temer declarou a jornalistas que os crimes diminuíram: “acabei de receber um relato muito pormenorizado do que está sendo feito. E a primeira conclusão que se tem é que já diminuíram, nesses dois ou três dias, enormemente os índices de criminalidade, especialmente o roubo de cargas”. No dia 30/07/17, em pronunciamento na sede do Comando Militar do Leste, Temer afirmou que o uso das Forças Armadas na segurança do Rio de Janeiro pode estender-se até o final de 2018. De acordo com o ministro da Defesa, Raul Jungmann, as forças castrenses farão, em um primeiro momento, uma operação de “ambientação” do território, dividindo-o em regiões. A operação de reconhecimento conta com o apoio da Força Nacional de Segurança

Pública e da Polícia Federal. Conforme Jungmann, as Forças Armadas não farão patrulhamento ostensivo ou ocupação de territórios como em operações anteriores, e sim operações de inteligência, tendo a força policial na liderança do processo. Segundo *O Estado*, apesar das declarações do ministro da Defesa, militares patrulhavam pontos da capital no dia 28/07/17. De acordo com *O Estado*, Jungmann afirmou que a segunda fase da Operação “O Rio quer Segurança e Paz” está em preparação e que deve se concentrar na redução da capacidade operacional do crime organizado. De acordo com jornal, há previsão de redução do contingente das Forças Armadas para a segunda fase. No dia 31/07/17 as tropas começaram a ser retiradas das ruas do estado do Rio de Janeiro pelo Ministério da Defesa e devem passar a dedicar-se a operações de inteligência policial, em conjunto com as Polícias Civil e Militar. Nesta nova etapa, os militares deverão atuar como guardas em vias e praças públicas para o reconhecimento de áreas críticas, realizando também a checagem de veículos em blitzes. O ministro da Defesa pediu a participação da Guarda Municipal nas operações de segurança e afirmou que, durante o fim de semana, houve uma queda nos registros de crime. *O Estado* lembrou que, desde 2007, as Forças Armadas foram enviadas 12 vezes para auxiliar na segurança pública do estado do Rio de Janeiro. (Correio Braziliense – Brasil – 29/07/17; Correio Braziliense – Política – 30/07/17; Correio Braziliense – Brasil – 31/07/17 Folha de S. Paulo – Cotidiano – 29/07/17; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 31/07/17; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 29/07/17; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 30/07/17; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 31/07/17; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 01/08/17; O Estado de S. Paulo – Notas e Informações – 02/08/17; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 03/08/17)

2- Forças Armadas em operação no Rio de Janeiro II

O periódico *O Estado de S. Paulo* ressaltou a inadequação do uso das Forças Armadas na segurança pública, sendo que, como afirma o comandante do Exército, general Eduardo Villas Boas, o emprego das Forças na área “é desgastante, perigoso e inócuo”. Em entrevista para o periódico *Folha de S. Paulo*, o sociólogo do Laboratório de Análise da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Ignacio Cano, afirmou que o emprego das Forças Armadas não resolve a insegurança no estado, como constatado nas operações anteriores, sendo a solução o investimento na força policial. Em contrapartida, o antropólogo e ex-capitão do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), Paulo Storani, afirmou que a atuação das tropas será positiva, mesmo que temporariamente, pois atende uma demanda da população que o Estado não consegue suprir. Sérgio Etchegoyen, general e ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, afirmou à *Folha* que não deseja uma cidade militarmente ocupada e que o prolongamento da presença das tropas nas comunidades não produz os efeitos desejados no longo prazo. Em coluna opinativa para o *Correio Braziliense*, o jornalista Luiz Carlos Azedo definiu a autorização para o emprego das Forças Armadas como “uma grande jogada de marketing político”. Segundo Azedo, a operação pode representar um reposicionamento da imagem do governo federal, comparando a atuação dos militares na cidade do Rio de Janeiro à dinâmica de “guerra assimétrica”. Em entrevista à *Folha*, o coronel da Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro e secretário de Ordem Pública da cidade do Rio de Janeiro, Paulo César Amêndola, afirmou que o emprego das Forças Armadas na cidade é necessário, porém não deve ser usado para ações policiais. Segundo Amêndola, os militares não têm treinamento para atuar como

polícia e dispõem de uma "cultura da guerra contra o inimigo, de matar". O secretário defendeu ainda o armamento da Guarda Municipal e as operações de inteligência nas favelas, com levantamento de informações e ações pontuais. Segundo *O Estado*, para que os efeitos do uso das Forças Armadas não sejam transitórios, seria necessário a revisão dos termos do envio destas aos estados da União, o que incluiria a transferência temporária do controle das forças policiais estaduais às Forças Armadas que, de acordo com o periódico, daria melhor preparo para as forças policiais estaduais. (Correio Braziliense – Brasil – 29/07/17; Correio Braziliense – Política – 30/07/17; Correio Braziliense – Brasil – 31/07/17 Folha de S. Paulo – Cotidiano – 29/07/17; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 31/07/17; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 01/08/17; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 02/08/17; O Estado de S. Paulo – Metrôpole – 29/07/17; O Estado de S. Paulo – Metrôpole – 30/07/17; O Estado de S. Paulo – Metrôpole – 31/07/17; O Estado de S. Paulo – Metrôpole – 01/08/17; O Estado de S. Paulo – Notas e Informações – 02/08/17)

3- Em entrevista à Folha, Comandante do Exército reafirmou compromisso com a constituição

Em entrevista ao periódico *Folha de S. Paulo*, o comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, reafirmou o compromisso com a Constituição e declarou que “a saída para a crise do país ‘está nas mãos dos cidadãos brasileiros’ e nas eleições de 2018. Segundo o comandante, as instituições brasileiras “evoluíram e desenvolveram um sistema de pesos e contrapesos que dispensa a tutela por parte das Forças Armadas”. Questionado sobre como interpreta a informação, segundo Pesquisa Datafolha, de que as Forças Armadas são “a instituição do país em que a população mais confia hoje”, Villas Bôas afirmou que as Forças Armadas são uma instituição observada e avaliada pela sociedade pela sua “integridade, ética, honestidade e patriotismo”. Quando questionado sobre a crise política brasileira, o comandante ressaltou a importância de se debater um projeto político para a nação e das eleições de 2018 para proporcionar um novo “rumo” para o país. (Folha de S. Paulo – Poder – 29/07/17)

4- Coletes de segurança inspecionados pelo Exército tiveram qualidade questionada

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, há a suspeita de que os coletes de segurança fornecidos pela empresa Inbraterrestre a policiais federais não cumpriram os requisitos necessários para garantir a segurança dos usuários. Uma operação da Delegacia de Explosivos, Armas e Munições (Deam), da Polícia Civil e do Exército, apurou irregularidades em 11,2 mil coletes que haviam sido fornecidos à Polícia Militar. Foi encontrado um galpão no qual os equipamentos eram adulterados e tinham as etiquetas de validade cortadas. O periódico apontou que o Ministério Público da Paraíba (MPPB) recomendou que a Polícia Militar do estado recolha todos os coletes fornecidos pela Inbraterrestre depois que um policial foi ferido usando o equipamento de proteção. O periódico apontou ainda que, em julho de 2017, a Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp) do Paraná já havia reconhecido que os coletes fornecidos pela Inbraterrestre às forças policiais paranaenses estavam fora das especificações e eram ineficazes. O Exército determinou que a Inbraterrestre suspenda a fabricação e comercialização do modelo de colete utilizado pelas forças policiais paranaenses e recomendou que sejam verificados todos os produtos do mesmo modelo. A responsabilidade de averiguar tecnicamente todos os protótipos de

Produtos Controlados pelo Exército fabricados no Brasil cabe ao Centro de Avaliação do Exército. Posteriormente, os produtos aprovados recebem o aval para a fabricação e comercialização, cabendo à Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados a análise de outros documentos necessários para a fabricação. De acordo com o jornal, dúvidas sobre a qualidade de Produtos Controlados pelo Exército são recorrentes: em junho de 2016 o Comando Logístico do Exército ordenou que a fabricação e comercialização de coletes balísticos fabricados pela Glágio fosse suspensa e, em outubro de 2016, o Exército proibiu a comercialização do modelo de arma PT-24/7. (Correio Braziliense - Brasil - 02/08/17)

5- Marinha deverá instaurar inquérito sobre naufrágio

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, um navio empurrador de balsas colidiu com o navio Mercosul Santos, resultando em um naufrágio próximo à cidade de Porto de Óbidos, no estado do Pará. Segundo a Marinha, havia 11 pessoas a bordo, das quais apenas duas foram resgatadas. A Marinha divulgou que um inquérito administrativo será iniciado para apurar o caso. (O Estado de S. Paulo – Metrópole – 03/08/17)

6- Ministério da Defesa teve verba ampliada

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, o governo federal ampliou a verba do Ministério da Defesa em R\$ 120 milhões. Esse aumento ocorreu de acordo com a distribuição de recursos remanejados do Orçamento de 2017, no valor total de R\$ 658,6 milhões, que foram distribuídos entre sete ministérios, para contribuir com órgãos que se queixaram da falta de verba para desempenhar suas atividades. (Correio Braziliense – Economia – 03/08/17)

7- Relatório relacionou participação da filial da Volkswagen no auxílio à repressão durante o regime militar (1964-1985)

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o historiador Christopher Kopper, contratado pela matriz alemã da Volkswagen, apontou a colaboração da equipe de segurança da filial brasileira da empresa com o regime militar (1964-1985), após indícios terem sido apontados pelo documento final da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Segundo Kopper, era comum o monitoramento de funcionários da montadora em horário de trabalho e buscas em seus armários, ajudando a polícia a monitorar e prender acusados de participação em atividades contra o regime. Segundo o historiador, não existia obrigatoriedade da empresa em fornecer os dados, ou seja, a colaboração era totalmente voluntária. Um dos casos estudados no relatório foi o discurso no ano de 1980 do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, à época um líder sindicalista, para uma massa de trabalhadores sindicais em greve, em que afirmou que “dentro da Volks, (...)a segurança fica de olho em vocês, através de um circuito de televisão, e o coronel Rudge fica o dia inteiro vendo vocês trabalhando”. Outro caso estudado foi o do funcionário Lúcio Bellentani, à época integrante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), preso por policias do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) no ano de 1972. Bellentani foi conduzido até uma sala da própria empresa, onde foi interrogado “com socos, tapas e pontapés” e depois conduzido a cárcere do Dops, onde permaneceu por 1 ano e meio até ser solto. Kopper concluiu que “a VW sempre deu muita autonomia para sua filial brasileira. Porque iriam se

preocupar com uma unidade tão lucrativa? Isso só muda a partir de 1979, quando Wolfsburg passa a olhar o que estava acontecendo. A partir daí, a VW do Brasil passou gradualmente a permitir a organização sindical, mesmo ainda sob o regime”. (Folha de S. Paul – Poder – 04/08/17).

8- Comandante do Exército reivindicou gastos da Força

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, o comandante do Exército, general Eduardo Villa Boas, criticou, por meio do *Twitter*, o contingenciamento de recursos que traz dificuldades à força. Segundo fontes militares, programas como o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) estão sendo praticamente paralisados. Segundo *O Estado*, os militares têm sido utilizados com frequência em diversas áreas da segurança pública, porém os recursos necessários para a execução das atividades não são repassados. O periódico lembrou o emprego do Exército em ocasiões como a disputa entre facções criminosas dentro dos presídios no início de 2017, durante a greve de policiais militares no estado do Espírito Santo ou mais recentemente no município do Rio de Janeiro, onde já foram gastos R\$ 5 milhões. De acordo com o periódico, o orçamento disponível para o Exército atualmente é o suficiente para até o mês de Setembro. (*O Estado de S. Paulo – Política – 04/08/17*)

9- Idade precoce de aposentadoria dos militares deve aumentar gastos com Previdência

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, a entrada de maneira precoce de muitos militares para a reserva, somada ao fato que muitos estão próximos da idade para se aposentar, traz preocupação em relação aos gastos com a Previdência. Segundo o *Estado*, em 2004, 25,7% dos militares tinham entre 41 e 50 anos, hoje o número correspondem a 40%. Atualmente a idade média de aposentadoria de um militar é entre 47 e 51 anos. (*O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 04/08/17*).

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruce Scheidl Campos (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); David Succi Júnior (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CNPq); Gabriela Fideles Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Giulia Botossi Gomes (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Guilherme Coscrato Rasquini (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Gustavo Henrique Gonçalves Ferreira (Redator,

graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Isabella Anselmo Raymundo (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); João Vitor Tossini (Redator, graduando em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Leonardo Dias de Paula (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista FAPESP); Matheus Bittencourt de Amorim (Redator, graduando em Relações Internacionais); Natália Rodrigues Germano (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Sophia Teixeira e Souza (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Stephanie Loli Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais).